

Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil 1930-1964

Sergio Micelli

Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das ciências sociais no Brasil esteve estreitamente associado, de um lado, ao impulso alcançado pela organização universitária e, de outro, à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação que não estavam sujeitos à chancela do ensino superior. Esses dois padrões de consolidação institucional acabaram subsistindo até hoje porque atendem a demandas diferenciadas de grupos sociais emergentes e aos projetos formulados ou encampados pelos setores políticos dirigentes. Os projetos de reforma e expansão do ensino superior condicionaram o espaço concedido à pesquisa e à produção acadêmica em ciências sociais ao desempenho de encargos docentes no contexto de uma política mais ampla de profissionalização cujos primeiros frutos foram os professores secundários. Os *think tanks* criados no período em questão tiveram seus momentos de ascensão, apogeu e declínio, definidos de perto pelo cacife e interesses das lideranças governamentais que os protegiam das vicissitudes da conjuntura política. De qualquer maneira, não houve qualquer iniciativa institucional (empreendimentos educacionais ou centros de pesquisa e discussão) no campo das ciências sociais nesse período dissociada das demandas do sistema político ou dos grupos empresariais atuantes nos mercados do ensino e da produção cultural. Tal padrão de desenvolvimento institucional expressa portanto uma dissociação virtualmente completa entre os cientistas sociais e os interesses mais prementes dos setores populares. As conseqüências disso repercutiram tanto sobre as orientações doutrinárias (metodológicas, teóricas, político-partidárias), o perfil dos objetos selecionados para investigação, os conteúdos substantivos da produção acadêmica, como no que concerne às carreiras intelectuais e profissionais dos cientistas sociais, embora alguns desses pioneiros possam resistir e até mesmo recusar ou minimizar essas determinações através de representações imaginárias acerca do relacionamento que acreditam manter com as classes populares.

Tanto nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo como em alguns outros estados brasileiros (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco), todos os empreendimentos pertinentes ao desenvolvimento das ciências sociais vinham atender aos reclamos e diagnósticos formulados pelas frações cultivadas e pelos principais grupos de interesse em operação na indústria editorial, nos sistemas de ensino secundário e superior, na chamada grande imprensa (diários, revistas ilustradas e de cultura), nos executivos reformistas dos governos e partidos políticos, nas organizações religiosas. Nesses termos, este trabalho procura equacionar o problema das relações entre os cientistas sociais e a sociedade brasileira através de uma qualificação do lugar desses novos 'especialistas' da camada intelectual no interior desta formação social. Em meados dos anos 30, começam a se manifestar os primeiros indícios de uma articulação de interesses entre as novas categorias de produtores intelectuais, mormente os cientistas sociais, através da abertura de sociedades científicas, revistas acadêmicas e mandatos de representação em colegiados dentro e fora da universidade.

No eixo Rio de Janeiro-São Paulo, os principais marcos da história política dos anos 30, 40 e 50, estão na raiz dos empreendimentos decisivos para a institucionalização das ciências sociais no país, firmando-se um paralelismo estreito entre as demandas do sistema político e os contornos do campo institucional em que se movem os praticantes das novas disciplinas. Em outras palavras, a história das ciências sociais constitui um aspecto do quadro de transformações por que passa o processo de diferenciação do sistema político em suas vertentes pública e privada.

Não obstante, o elemento de diferenciação decisivo para os rumos do processo de institucionalização das ciências sociais brasileiras consistiu sobretudo no tipo de arranjo logrado pelos praticantes das novas disciplinas no âmbito do ensino superior então em vias de intensa e rápida transformação. Vale dizer, o perfil intelectual das ciências sociais brasileiras variou em medida considerável conforme a margem de distância institucional em relação às escolas superiores tradicionais, conforme o grau de autonomia em face de seus mentores políticos, partidários e/ou confessionais, enfim

conforme o espaço social de recrutamento dos quadros profissionais para as novas disciplinas. O tipo de relacionamento com as escolas superiores tradicionais fornece subsídios indispensáveis quer sobre o perfil classista dos futuros profissionais das ciências sociais se comparados aos seus contemporâneos das profissões liberais quer sobre as modalidades propriamente intelectuais de incorporação da ciência social estrangeira da época em suas diversas vertentes doutrinárias e famílias de pensamento (jurisdicista, politicista, espiritualista, culturalista, racista, etc.), quer enfim sobre os espaços conquistados de autonomia acadêmica, financeira e política. Os padrões de relacionamento entre os cientistas sociais e seus mentores políticos, partidários e/ou confessionais, permitem dilatar a caracterização de sua posição na estrutura social e, em especial, o lugar que ocupam no interior dos grupos dirigentes. O espaço familiar e ocupacional de recrutamento dos praticantes das ciências sociais também contribui para desvendar as ligações da vida intelectual com a sociedade inclusiva.

As relações entre os cientistas sociais e os grupos dirigentes no eixo Rio de Janeiro-São Paulo assumem uma determinada feição quase sempre em função da posição social daqueles que se viam enquanto tal e que eram definidos por seus interlocutores como praticantes reconhecidos nesses novos campos do saber e do poder intelectual.

Cientistas sociais

Em São Paulo, a despeito da grande proximidade entre a nata das elites locais responsáveis pelo recém-implantado projeto universitário e os docentes da missão estrangeira conforme atestam os relatos de alguns deles (1), as posições disponíveis para a prática profissional das novas disciplinas foram caindo em mãos de mulheres e/ou de descendentes de família de origem imigrante, muitas delas abastadas do ponto de vista material mas sem qualquer enraizamento anterior junto aos setores cultos dos grupos dirigentes. Do total de 150 diplomados em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, nas 20 turmas formadas entre 1936 e 1955, 57% eram mulheres e 30% eram moças e rapazes com nomes imigrantes, a maioria dos quais de origem italiana afora uns poucos de origem japonesa; espanhola e árabe (2).

Na Escola Livre de Sociologia e Política também funcionando em São Paulo desde 1933, sucede tendência semelhante em termos de composição social, se bem que em proporção inversa no tocante à repartição por sexo.

Cumpre, entretanto, registrar em ambos os cursos a presença de um contingente expressivo de estudantes judeus, alguns dos quais pertencentes a família de antiga implantação na comunidade judaica paulista (3).

Quadro I — Diplomados em ciências sociais na USP/1936-1955

Ano	Mulheres	Homens	Total	Nomes de imigrantes
1936	1	—	1	—
1937	9	8	17	7
1938	5	4	9	1
1939	1	2	3	—
1940	1	4	5	1
1941	1	12	13	5
1942	7	8	15	5
1943	3	2	5	1
1944	10	2	12	6
1945	6	2	8	4
1946	—	—	—	—
1947	7	2	9	5
1948	4	—	4	—
1949	4	2	6	2
1950	5	6	11	5
1951	—	5	5	3
1952	5	1	6	2
1953	1	—	1	—
1954	9	4	13	7
1955	6	1	7	3
Totais	85/57%	65/43%	150/100%	57(38%)

Quadro II — Diplomados da Escola de Sociologia e Política/1937-1955

Ano	Homens	Mulheres	Total	Licenciados/ Famílias imigrantes
1937	5	2	7	5
1938	9	1	10	4
1939	4	—	4	1
1940	6	—	6	1
1941	3	4	7	1
1942	4	4	8	3
1943	3	4	7	5
1944	4	5	9	2
1945	2	7	9	1
1946	7	5	12	2
1947	5	—	5	1
1948	—	—	—	—
1949	3	1	4	2
1950	4	3	7	2
1951	4	5	9	5
1952	8	2	10	2
1953	3	—	3	—
1954	2	3	5	2
1955	3	5	8	6
Totais	79(61%)	51(39%)	130(100%)	45(35%)

Fonte: Secretaria da Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Os 'brasileiros' do contingente de diplomados por esses cursos provinham em geral de setores tradicionais empobrecidos, quase sempre do interior do estado, ou então, de famílias ligadas ao magistério secundário, à burocracia estatal e ao desempenho de encargos intelectuais e culturais (imprensa, etc.). Seja qual for a explicação encontrada para

dar conta desse perfil de recrutamento, verifica-se desde logo que se trata de um padrão bastante distinto daquele até então vigente nas escolas tradicionais do ensino superior (direito, medicina e engenharia). Uma turma típica da Faculdade de Direito de São Paulo na década de 30 incluía apenas 2 ou 3 mulheres, ou seja, a presença feminina não representava sequer 1,5% do contingente total de bacharéis entre 1934 e 1939. Nos anos 40, a proporção de mulheres se expande para uma taxa média de 3,5%, elevando-se daí para 8,5% entre 1950 e 1955. A presença de estudantes de famílias imigrantes (numa distribuição semelhante àquela já registrada nos cursos de ciências sociais, ou seja, uma maioria de italianos, seguidos pelas famílias árabes, judias, etc.) na Faculdade de Direito é bem menor do que nos dois cursos de ciências sociais embora o contraste seja menos flagrante do que a repartição comparativa por sexo, situando-se em torno de 15,5% nos anos 30, elevando-se dez pontos percentuais na década de 40 e progredindo nessa direção ascendente no início dos anos 50. Um exame sumário dos nomes constantes da lista de bacharéis paulistas em direito permite reconstruir o perfil social da clientela cativa de um estabelecimento tradicional de ensino superior. De início, constata-se, como seria de se esperar, um suprimento regular de quadros para as elites atuantes nos diversos ramos do judiciário e da magistratura, nos comandos políticos das áreas públicas da justiça, segurança e polícia (Gama e Silva, Alfredo Buzaid, Miguel Reale, Orlando Zancaner; Octavio Gonzaga Jr., Hely Lopes Meirelles; Helio Bicudo, etc.), nos escritórios e bancas de advocacia, e nas posições docentes e de criação intelectual no próprio ensino jurídico (Goffredo da Silva Telles, Rubens Cintra Gomes de Souza, Vicente Marotta Rangel, etc.). No entanto, a Faculdade de Direito constituía nesse período o grande celeiro de pessoal político e institucional, ali tendo sido socializados alguns dos principais líderes e políticos profissionais contemporâneos, muitos dos quais se encontram hoje no apogeu de suas carreiras (Franco Montoro, Jânio Quadros, Ulisses Guimarães, Abreu Sodré, Severo Gomes, Almino Affonso, Plínio de Arruda Sampaio, Chopin Tavares de Lima, Rogê Ferreira, etc., em convívio próximo com os herdeiros das elites econômicas (Aloysio Foz, Sebastião Paes de Almeida, Walter Moreira Salles, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, José Carlos de Moraes Abreu, Pedro Conde, Júlio de Mesquita Neto, etc.) e com os herdeiros das elites das comunidades judaica e árabe de São Paulo (4). Por último, cumpre registrar o fato de a Faculdade de Direito ter continuado a produzir uma boa safra de figuras de destaque nas carreiras intelectuais não científicas, em especial literárias (Domingos Carvalho da Silva, Miroel Silveira, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Clovis Garcia, Hilda Hilst, Renata Pallotini, etc.) (5).

Como se sabe, os responsáveis pelos cursos de ciências sociais conseguiram consolidar sua continuidade institucional mostrando-se empenhados em contribuir na formação de docentes para o ensino secundário que, àquela altura, constituía um espaço profissional seguro onde inclusive até mesmo vinha buscar colocação uma parcela expressiva dos acadêmicos de direito, necessitados de complementar suas rendas ou financiar eles próprios seus estudos (Jânio Quadros, entre outros). E decerto uma proporção considerável das mulheres e/ou dos filhos de imigrantes (alguns dos quais eram os primeiros de suas famílias a freqüentarem uma escola superior) dessas turmas de licenciados paulistas (tanto da USP como da ELSP) jamais tivesse imaginado levar a frente toda uma carreira acadêmica dedicada ao ensino e à pesquisa. O mais provável é que tivessem ingressado em um dos dois cursos de ciências sociais abertos na capital paulista por considerarem uma alternativa de formação escolar e cultural condizente com suas pretensões mais modestas de projeção social se comparadas aos privilégios ainda associados aos títulos e carreiras liberais tradicionais. Havia também diversos estudantes de ciências sociais na USP, em sua grande maioria mulheres, que eram professores primários em regime de comissionamento, vale dizer, dispensados com vencimentos de seus encargos docentes para realização do curso superior. Pode-se inclusive lançar a hipótese de que talvez uma proporção significativa desse primeiro contingente de diplomados em ciências sociais não teria tido outra possibilidade de acesso ao ensino superior não fora a abertura dessa nova carreira.

Quando se sabe que, em 1939, quase um terço das escolas secundárias do país estavam sediadas no estado de São Paulo, entende-se por que o acesso à instituição universitária tendeu a se converter num recurso social ambicionado pelos setores emergentes. Como se pode ver, as relações da universidade com o ensino secundário eram complexas e não se reduziam às funções de desaguadouro para a mão-de-obra diplomada desprovida de outras colocações no mercado. São Paulo era o maior mercado para docentes secundários, constituindo-se numa via de mão dupla, oferecendo colocação alternativa, ou então, garantindo a sustentação material de postulantes e candidatos ao ensino superior naquelas fileiras que então se abriam.

De qualquer maneira, a quantidade considerável de mulheres nos cursos de ciências sociais responde por algumas características do mercado acadêmico em constituição. O fato de muitas delas terem deixado as ciências sociais para se dedicarem à psicanálise, à pedagogia, à psicologia ou ao casamento de tempo integral, não nos deve fazer esquecer que muitas outras se profissionalizaram como cientistas sociais, alcançando níveis de reconhecimento acadêmico e intelectual comparável àqueles logrados pelos homens seus colegas e contemporâneos (6). Aliás, a proporção relativamente elevada de alianças matrimoniais envolvendo essa geração pioneira de cientistas sociais também contribuiu para reforçar os laços de coesão afetiva e profissional entre os integrantes dessa nova categoria de produtores intelectuais (7).

A tendência de ambas as escolas paulistas de ciências sociais operarem crescentemente como centros autônomos

de estudos e pesquisas, voltadas sobretudo para a formação de seus futuros quadros "reprodutores" e ao mesmo tempo permitindo a titulação de professores para o ensino médio onde a quantidade de lugares disponíveis continuava abundante, tudo isso decerto atraiu a parcela de jovens oriundos de famílias imigrantes. Essa aliança caracterizava uma ruptura socialmente expressiva com os espaços habituais de recrutamento para o ensino superior. E de certa maneira, os atrativos eram tanto mais desafiantes por não corresponderem a uma demanda precisa nem a lugares definidos no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior. Em outras palavras, o provável fascínio das novas carreiras científicas residia no fato de constituírem a oportunidade quase única, talvez pela primeira vez na história do país, de acesso a uma profissão intelectual cujos integrantes poderiam se lançar no mercado como detentores de uma oferta personalizada, com nome próprio e, por conseguinte, em condições de suscitar sua própria demanda. Enquanto a produção de docentes para o ensino secundário obedecia à risca à demanda social existente, a produção de docentes e pesquisadores em ciências sociais passava a depender cada vez mais da demanda (oferta de novas posições nas faculdades isoladas do interior, em centros de pesquisa e instituições culturais, etc.) suscitada pela própria categoria intelectual em formação.

Já no Rio de Janeiro, a missão de docentes e pesquisadores estrangeiros contratados se defrontou com uma conjuntura bastante distinta quer no interior da então embrionária e frágil organização universitária quer em termos da relação entre a hierarquia acadêmica ainda incipiente e os detentores do poder político submetidos às pressões dos grupos de interesse doutrinários e confessionais em luta aberta por espaços na máquina governamental em expansão. Tendo-se tornado desde os momentos iniciais de sua criação um terreno de enfrentamento cerrado entre liberais, esquerdistas, católicos e integralistas, com a preponderância desses dois últimos, a recém-aberta Universidade do Distrito Federal logo se inviabilizou politicamente diante dos ataques desferidos pelas lideranças católicas junto às autoridades à frente do Ministério da Educação. Em 1939, a extinção da Universidade do Distrito Federal por decisão do governo central abre espaço à criação da Faculdade Nacional de Filosofia sob tutela ostensiva de uma combativa liderança católica em sintonia permanente com o ministro Capanema até à queda do Estado Novo (8). Nas circunstâncias políticas da então capital federal, marcada, como seria de se esperar, por uma fortíssima ingerência do poder político sobre os destinos da organização universitária, não havia condições mínimas favoráveis a um processo de institucionalização das ciências sociais fundado na profissionalização das três dezenas de licenciados entre 1939-1948 que, com as exceções ilustres (Costa Pinto, Guerreiro Ramos, etc.), não se tornaram docentes e/ou pesquisadores em tempo integral.

Instituições

A diferença entre os casos carioca e paulista é tão gritante nesse particular que nem mesmo chegou a se constituir na então capital do país uma equipe de investigação ou uma turma de docentes ou sequer uma corrente de pensamento lastreada pela universidade. Em São Paulo, a hierarquia acadêmica que vai se constituindo nas duas primeiras décadas de funcionamento foi sendo modelada por docentes estrangeiros treinados nas regras e costumes da competição acadêmica européia (e francesa, em particular), todos eles empenhados em instaurar um elenco de procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção. O acesso às posições de comando e liderança esteve invariavelmente condicionado à produção e defesa do doutoramento, ao concurso para livre-docência e à conquista da cátedra, preenchendo-se esses lugares de preferência com licenciados nativos que firmaram sua reputação pela excelência de sua produção intelectual, pela herança presuntiva das posições em aberto com o retorno dos estrangeiros, ou então, por uma combinação variável de ambos fatores. No Rio de Janeiro, nos dois empreendimentos universitários citados verifica-se uma corrida política em torno das posições disponíveis, logo convertidas em alvos do clientelismo, e rapidamente preenchidas pelos docentes estrangeiros 'acima de qualquer suspeita' doutrinária, por jovens provincianos recém-chegados ao Rio na cola de algum protetor ou mandachuva político e por docentes transferidos de cátedras do ensino jurídico ou médico, alguns desses últimos tendo dado provas de serem intelectuais de primeira linha (Vítor Nunes Leal, por exemplo) (9).

Por todas essas razões, no Rio de Janeiro de até fins do período aqui tratado, as únicas instituições universitárias que vicejaram foram aquelas sob controle confessional estrito da Igreja Católica. Na então capital federal, o vigor institucional e intelectual das ciências sociais esteve via de regra ancorado em iniciativas assumidas ou encampadas por setores políticos e governamentais influentes. Nesse sentido, a experiência isebiana é exemplar. O ISEB foi uma aliança entre jovens intelectuais requintados de famílias abastadas e licenciados pés-de-boi de famílias remediadas, os primeiros desejosos de alavancar sua irresistível ascensão política através de uma presença conjugada no setor privado, no governo e nas instituições culturais, os demais discernindo nessas últimas possibilidades de associar suas veleidades intelectuais à militância política. Os isebianos de estirpe eram membros das elites que dispunham de um patrimônio pessoal e familiar, socialmente destinados ao desempenho de mandatos políticos, ao trato dos negócios públicos; os isebianos de uniforme pertenciam a setores sociais emergentes justamente através da qualificação escolar e das provas de mérito no trato das coisas da inteligência, a política, a ética e a cultura. Trata-se, bem entendido, de uma sociabilidade um tanto perversa onde os abonados não têm tempo nem disposição para os encargos docentes e administrativos de que se incumbem os

outros; estes, por sua vez, não dispõem do cacife de relações sociais necessário à obtenção de recursos financeiros para viabilizar a própria instituição em que os primeiros se apóiam e os duros se abrigam.

Enquanto em São Paulo, os cientistas sociais atuantes na Escola de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo como pesquisadores e docentes encontraram aí um emprego de tempo integral, seus contemporâneos isebianos (alguns nem mesmo pertencem à universidade) fazem de seus encargos acadêmicos um bico prestigioso entre inúmeras outras atividades, cargos, atribuições e negócios pessoais (10). Outro indicador pertinente da situação paulista é o fato de as duas sociedades científicas na área de ciências sociais fundadas nesse período terem sido criadas em São Paulo onde também teve lugar o I Congresso Brasileiro de Sociologia (11). E até mesmo os germes de um recorte disciplinar ainda incipiente acaba encontrando em São Paulo, senão uma prática expressa em obras, panteão e tomadas de posição, pelo menos uma explicitação na linguagem da comunidade científica em vias de constituição. Embora inúmeros integrantes das primeiras turmas de licenciados e muitos dos ouvintes interessados nas preleções dos professores estrangeiros tivessem recebido muitos deles uma formação nas escolas tradicionais, tal influência intelectual não significou de modo algum um comprometimento insanável com a agenda de leituras, estudos e preocupações, impostos pela antiga herança do ensino jurídico ou médico. No Rio, o impacto do paradigma jurisdicista e/ou militante se revelou bem mais persistente, contribuindo para entronizar os modelos de interpretação desenvolvimentista como critério de relevância intelectual. Nestas condições, outra diferença pertinente entre Rio e São Paulo prende-se ao teor do que se entende por excelência intelectual. Enquanto na capital federal vai se construindo uma hierarquia de objetos e problemáticas em função de sua relevância para o debate político mais amplo, o que equivale a dar prioridade aos conteúdos em detrimento dos procedimentos científicos, em São Paulo logo prevaleceu uma hierarquia propriamente acadêmica privilegiando os métodos de apropriação científica (a começar pelo trabalho de campo) e os focos de interpretação, substituindo a relevância política pela excelência intelectual. Cumpre, entretanto, registrar que o aspecto por assim dizer 'moderno' da reflexão e da produção carioca em ciências sociais no período aqui tratado derivava de sua preocupação sistemática com as formas e mecanismos de intervenção e planejamento nos campos econômico e social, o que somente irá se manifestar na produção da escola sociológica paulista no início dos anos 60. Nesse momento, algumas das figuras mais expressivas desse grupo paulista começavam a tornar público um projeto de participação política em sentido lato, quer através de suas obras onde passaram a incorporar os veios "desenvolvimentistas" e "transformadores" característicos da produção carioca, quer através de posturas "progressistas" em relação aos tópicos mais candentes da agenda pública da época.

Apesar de o projeto da "comunhão paulista" (12) ter sido fruto de uma aliança entre vanguardas intelectuais e empresários culturais como o grupo Mesquita, a organização universitária daí resultante foi progressivamente rompendo os laços com esse mecenato e reivindicando um espaço próprio de funcionamento e autoridade. A rigor, a consolidação institucional uspiana foi se construindo em meio a essa faixa crescente de desencontro entre os objetivos do projeto original tal como fora definido pelos setores de elite por ele responsáveis e os rumos acadêmicos profissionalizantes pelos quais enveredou a universidade em resposta às demandas de sua base social de atendimento (os formados). Tal pleito decerto não teria tido êxito não fora o ritmo avassalador das transformações econômicas e sociais em curso no estado de São Paulo, sede dos focos mais intensos de industrialização, urbanização e modernização dos sistemas de ensino e de produção cultural. Em outras palavras, sucedeu em São Paulo uma colisão entre o "projeto iluminista" das elites locais e a irresistível profissionalização de setores médios em ascensão social. No Rio de Janeiro, a feira de experiências institucionais na órbita do Ministério da Educação e Cultura ao longo dos anos 50 foram justamente aquelas mais marcadas pelo modelo universitário, em parte pelo simples fato de terem constituído equipes de investigação com inúmeros licenciados egressos dos cursos paulistas (13).

Com efeito, os recursos públicos viabilizaram tanto os empreendimentos cariocas como os paulistas, podendo-se, não obstante, registrar duas modalidades distintas de apropriação do apoio público. Em São Paulo, a organização universitária foi desde o início completamente estadualizada sem que tal vínculo orçamentário e de jurisdição administrativa se traduzisse em esgarçamento de sua autonomia acadêmica e intelectual. Para tal desfecho institucional contribuiu particularmente o caráter independente e privado dos círculos intelectuais paulistas, responsáveis na época pela criação recente de negócios culturais de pequeno e médio porte (livrarias, clubes e cooperativas de artistas, galerias de arte, etc.), de alguns importantes veículos de difusão cultural (revistas e suplementos), de empreendimentos empresariais ambiciosos (TBC, Vera Cruz, editoras comerciais como a Brasiliense e a Martins) e de grandes instituições culturais (museus, etc.). Por outro lado, esse modo peculiar de apropriação não clientelista do patrocínio público acabou se cristalizando no caso paulista quer em função do estágio de diferenciação a que chegara a estrutura ocupacional das profissões superiores quer como fruto de uma situação política estadual marcada pela supremacia de lideranças populistas relativamente distantes dos círculos acadêmicos e intelectuais (Adhemar de Barros foi interventor entre 1938-1941 e governador nos períodos 1947-1951 e 1962-1966; Jânio Quadros foi governador no período 1954-1958) e por uma presença um tanto mitigada dos grandes partidos nacionais do período 45-64. Assim, não foi por acaso que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) tenha sido criada em 1961 e começado a funcionar no ano

seguinte durante a gestão Carvalho Pinto (1959-1962). Nessas condições, as diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo derivam tanto do relacionamento distinto que os cientistas sociais mantinham com os poderes públicos não acadêmicos como de uma estruturação bastante diversa do espaço da classe dirigente e das formas de sociabilidade política e cultural com impacto imediato sobre o sistema de produção cultural.

Em São Paulo, as ciências sociais floresceram nos espaços acadêmicos abertos em resposta aos diagnósticos formulados pelos setores cultos da classe dirigente local com vistas a uma retomada posterior da hegemonia política perdida em 30 e tripudiada em 32. Tanto a Escola Livre de Sociologia e Política como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo se destinavam em princípio à formação de pessoal técnico altamente qualificado, ambas amparadas por recursos mobilizados pelo setor privado. Outras tantas iniciativas culturais ao longo dos anos 40 e 50 em São Paulo também foram bancadas por lideranças empresariais privadas, contribuindo para dilatar a oferta de posições num mercado de produção e difusão cultural crescentemente diversificado (14). Nestas condições, entende-se por que a continuidade institucional dos centros universitários paulistas logo enveredou por um processo acelerado de profissionalização, distanciando-se bastante dos núcleos de decisão política no estado e, por conseguinte, dando margem à constituição de uma cultura acadêmica como substituto envolvente de uma ideologia meramente corporativa ou profissional. A rigor só existiu uma vida acadêmica na acepção das experiências européias e norte-americana na Universidade de São Paulo, entendendo-se por isso uma atividade profissional permanente de docentes e pesquisadores em condições de fazer da universidade o centro de sua vida pessoal (afetiva e profissional), o lugar de suas realizações, o espaço prioritário de sociabilidade, o horizonte último de suas expectativas de melhoria social, a instância decisiva de reconhecimento do mérito científico e intelectual. Sem sombra de dúvida, a experiência universitária paulista foi se viabilizando na razão direta do fracasso e esvaziamento do projeto inaugural. Em outras palavras, os grupos sociais emergentes privilegiados por essa expansão do ensino superior arrombaram o projeto universitário acalentado pelas elites.

Enquanto em São Paulo os cientistas sociais se tornam cada vez mais profissionais acadêmicos, metidos de roupa e tudo na construção da corporação em cujo êxito eles eram os maiores interessados e os primeiros beneficiários, os praticantes das ciências sociais cariocas são, em sua maioria, e com as exceções conhecidas, membros por inteiro das elites políticas e culturais. Para tanto, basta confrontar os integrantes do núcleo central da escola sociológica paulista com as figuras de proa do IBESP e adiante do ISEB (15).

Em estados mais apartados dos centros da vida intelectual no país como Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, o suprimento de praticantes das ciências sociais sucedeu através das escolas superiores tradicionais, ou então, por intermédio do trabalho de divulgação exercido por autodidatas. Nesses estados, foram as instituições já estabelecidas do ensino superior que buscaram incorporar as novas disciplinas em sua agenda de preocupações e em seu programa de trabalho, a começar pelo espaço concedido nos órgãos da imprensa local e pela oferta de posições docentes nas escolas normais e secundárias oficiais (16). Em Minas Gerais, por exemplo, o ensino das ciências sociais se implantou primeiro nos colégios universitários conhecidos como "cursos pré" anexos às faculdades superiores, ou então, no ensino secundário, em ambos os casos através de docentes improvisados. Em 1941, o primeiro curso universitário de ciências sociais foi organizado na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais, contando com apenas quatro alunos na primeira turma, tendo encerrado suas atividades no ano seguinte por falta de candidatos. Em 1946, a formação do Instituto de Educação permitiu a introdução da sociologia no ensino secundário e normal. O curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia reiniciou suas atividades em 1947 e já em 1953 a Faculdade de Ciências Econômicas abriu os cursos de Sociologia Política e de Administração Pública, buscando através dessa articulação curricular abrir outros caminhos de profissionalização (17).

Entretanto, os laços diferenciados com a instituição universitária quer em termos do público social atingido quer em termos do grau de autonomia alcançado pelas ciências sociais perante as escolas superiores tradicionais não dá conta do comportamento político dos cientistas sociais. O perfil institucional e intelectual dos cientistas sociais no eixo Rio-São Paulo sempre dependeu fortemente das relações de distância ou proximidade que mantinham (e mantêm até hoje) com a atividade política propriamente dita, dentro e fora dos muros acadêmicos. Apenas a título de contraste esclarecedor, poder-se-ia dizer que o Rio de Janeiro está para a política assim como São Paulo está para a ciência, dando conta, de um lado, da sintonia fina entre a atividade política e intelectual na capital do país e, de outro, da distância tangível entre os principais integrantes da escola sociológica paulista e os foros privilegiados da militância política no estado (18).

No Rio de Janeiro, como bem o demonstra o texto de Maria Hermínia constante deste relatório (19), as ciências e os cientistas sociais se desenvolvem em intimidade social e institucional com a política, ora sendo as instituições de abrigo órgãos da máquina governamental, ora constituindo as frentes de combate doutrinário a serviço de lideranças disputando espaço na arena política. Em São Paulo, os cientistas sociais se moviam a distância das lutas acadêmicas e políticas que giravam em torno da Faculdade de Direito ao longo do Estado Novo. Vale dizer, o treinamento acadêmico dos futuros quadros da política profissional, o polimento das 'vocações' e postulantes às carreiras políticas (executivas, parlamentares, judiciárias, etc.), os conflitos doutrinários entre facções ideológicas concorrentes, o enfrentamento das forças e

mandatários governistas, o envolvimento com os temas e questões políticas mais candentes, em suma todos os lances em torno dos quais vai tomando corpo o trabalho político tinham lugar no âmbito privilegiado da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Nela tiveram alento as lideranças políticas do período democrático, muitas delas atuantes até hoje. Todos eles fizeram aí sua aprendizagem política, concorrendo nas chapas para o diretório, participando de marchas e eventos de resistência ao regime autoritário, assinando manifestos e buscando firmar um espaço próprio para a representação estudantil (UNE, etc.), mobilizando docentes e, por fim, enquadrando-se nos movimentos e partidos que iam tomando feição nos primórdios do processo de redemocratização em meados dos anos 40 (20).

A preocupação em caracterizar detidamente as relações entre os cientistas sociais e a instituição universitária se explica ainda pelo fato de o feitio dessa conexão constituir um elemento esclarecedor de traços relevantes desse período formativo das ciências sociais. Do ponto de vista das relações entre as recém-implantadas instituições universitárias de ciências sociais e os estabelecimentos tradicionais do ensino superior, a diversidade de situações e experiências condicionou o perfil escolar e intelectual dos praticantes das novas disciplinas, o teor da problemática com que passaram a lidar as diversas equipes de docentes e pesquisadores e o grau de sujeição aos paradigmas correntes no campo intelectual interno. Assim, por exemplo, ambos os experimentos paulistas dos anos 30 se viabilizaram fora das escolas superiores mais antigas, ou melhor, em certa medida rompendo com os horizontes institucionais, doutrinários e políticos encarnados pela antiga Faculdade de Direito. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934 se concretizou mediante uma negociação segundo a qual as escolas superiores já implantadas lograram conservar sua autonomia organizacional, acadêmica e intelectual, bem como as vantagens já acumuladas em termos de peso e representação política dentro e fora da corporação universitária. Ainda que essa coexistência um tanto constrangida tivesse exacerbado a necessidade de os responsáveis pelos cursos de formação científica encontrarem uma finalidade prática para o ensino neles ministrado, esse distanciamento interinstitucional constituía uma via de mão dupla garantindo um mínimo indispensável de independência acadêmica e, de outro lado, instando os praticantes das novas disciplinas a se organizarem em moldes acadêmicos idênticos àqueles vigentes em direito, medicina e engenharia. Vale dizer, a moldura universitária servia de anteparo as pretensões ou aos eventuais projetos de ingerência nos assuntos acadêmicos por parte de instâncias externas ao poder universitário, fossem elas os governantes e políticos estaduais, setores empresariais, donos de grandes jornais ou lideranças confessionais (católicas e/ou protestantes, umas e outras com grandes interesses em todos os níveis do sistema de ensino) (21).

No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, os praticantes das ciências sociais no mesmo período eram, em sua maioria, formados em direito, devendo-se ainda registrar a presença, quase sempre intelectualmente estimulante inovadora, dos primeiros diplomados em ciências econômicas. Uns e outros se assemelhavam, contudo, em relação ao perfil típico de suas carreiras profissionais, buscando aliar o trabalho em escritórios e empresas privadas a uma carreira política que, via de regra, se traduzia para esses jovens ambiciosos em encargos de assessoria ou postos de confiança junto aos centros decisórios dos governos estaduais e federal (22), por assim dizer 'anfíbios' se comparados aos seus contemporâneos da universidade paulista. A elite intelectual de que fazem parte os integrantes da escola sociológica paulista deriva sua pretensão de poder e privilégio social da excelência de seu trabalho acadêmico. Os intelectuais iosebianos, do período pioneiro, parecem operar muito mais conforme o modelo usual das elites brasileiras, qual seja a inserção num anel informal de poder cujos integrantes lançam mão de recursos associados a cacifes complementares (laços familiares, relações de amizade e influência, patrimônio, ligações políticas e confessionais, e assim por diante). Helio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, João Paulo de Almeida Magalhães e Israel Klabin, têm entre 25 e 30 anos em 1953 quando se constitui o *IBESP*, embrião do futuro *ISEB*, todos eles formados em direito, alguns com cursos de especialização em economia e filosofia no exterior, dois deles empresários industriais e os demais assessores de grandes grupos econômicos e empresas privadas nacionais e estrangeiras, consultores de órgãos classistas de representação patronal, quase todos ocupando posições docentes em estabelecimentos universitários cariocas mas desprovidos de tempo e das disposições intelectuais requeridas pelo exercício integral de suas tarefas acadêmicas a exemplo do que já vinham fazendo seus contemporâneos paulistas da mesma faixa etária. Ao contrário, uma parcela ponderável dos integrantes da escola sociológica paulista não eram até então ligados aos setores dirigentes cultivados e por isso mesmo não se sentiam à vontade nas práticas e gêneros (ensaios de idéias, artigos de divulgação, crítica, cultural, etc.) da produção cultural associados ao culturalismo diletante ou ao ensaísmo característico dos grandes luminares e pensadores políticos da oligarquia.

Tais diferenças estão na raiz de definições bastante contrastantes do que seja a ciência social, prevalecendo no Rio de Janeiro uma concepção "intervencionista", "militante" e "aplicada", cuja expressão intelectualmente acabada são as teorias desenvolvimentistas, enquanto em São Paulo parece se impor uma preocupação marcante com o treinamento metodológico, as leituras dos clássicos, o trabalho de campo individual e/ou em equipe e toda uma socialização acadêmico-disciplinar então sob hegemonia do paradigma sociológico funcionalista (23). Nesse sentido, a ciência social carioca, em especial aquela praticada nos anos 50, sempre se mostrou decididamente politicista, a braços com a

formulação de diagnósticos e respectivas palavras de ordem; ao passo que a mentalidade cientificista paulista voltou sua atenção para as condições estruturais de formação e expansão da sociedade brasileira em seu rosto paulista, com ênfase especial, num primeiro momento, nos estudos de comunidade, nas pesquisas sobre assimilação e aculturação de imigrantes, daí passando ao conjunto de investigações sobre relações raciais, e somente no início dos anos 60, inclusive com a criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), "politizando" noutra direção sua problemática ao voltar-se prioritariamente para o estudo dos grupos sociais estratégicos nos processos de industrialização e urbanização (operariado, empresários, imigrantes, etc.) (24). A análise já empreendida por Maria Hermínia Tavares de Almeida acerca da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* evidencia enraizamento intelectual idêntico às concepções dominantes no Rio num estado menos vincado pela institucionalização da vida universitária (25). O núcleo central da *RBEP* se constituía de juristas, alguns deles com participação política no Executivo e no Legislativo, via de regra ligados aos partidos conservadores, sem maiores laços com as tarefas docentes e de investigação dentro ou fora da universidade. Nada disso impediu que mais de 70% dos colaboradores da revista em questão tivesse sua principal ocupação na universidade, fazendo ainda com que a revista mineira se situasse num território de confluência entre os "grandes painéis do desenvolvimento histórico brasileiro" da corrente isebiana, os estudos de comunidade então em voga e as análises sobre as condições de formação da sociedade de classes que eram a marca registrada da escola sociológica paulista em sua vertente uspiana (26). A contribuição mais original da *RBEP* consistiu sem dúvida nas análises dos processos eleitorais e seu impacto sobre o sistema partidário bem como nos perfis interpretativos das instituições políticas brasileiras. Por outro lado, a temática constitucional e jurídica presente *RBEP*, até então objeto privilegiado do Direito Público, espelha as afinidades eletivas que a vida intelectual naquele estado sempre manteve com as instituições e atores do sistema político (27).

São Paulo foi praticamente o único espaço institucional em que se constitui algo próximo ao que se poderia qualificar como uma elite propriamente intelectual. Numa perspectiva de história intelectual comparada, a elite de cientistas uspianos é o que mais se assemelha àquela fração cultivada da classe dirigente capaz de fazer valer sua presença e autoridade em função da contribuição que traz ao exercício de funções culturais irredutíveis à sua contribuição econômica (28). Tal fato teve conseqüências duradouras no tocante à posição social e institucional dos cientistas sociais e de suas obras, mormente no que diz respeito às relações que essa "alta classe média não-econômica" mantém com os detentores do poder econômico e político. Em São Paulo, por conseguinte, o processo de diferenciação social e funcional no interior dos grupos dirigentes alcançou um grau de complexidade inexistente em outros estados.

Na verdade, o ritmo das transformações institucionais em curso no ensino superior e no sistema mais amplo de produção cultural afeta o conteúdo das obras e as definições concorrentes da excelência intelectual apenas a médio e longo prazos. As primeiras conseqüências sobre a vida intelectual brasileira advindas da criação da Escola de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia de São Paulo somente se fazem sentir vinte anos depois. Entre 1953 e 1964, os principais integrantes da escola paulista produzem suas teses e começam a publicar seus primeiros artigos e livros. Até então, o maior impacto derivado dos novos experimentos inaugurados no ensino superior tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo consistiu, sem sombra de dúvida, nos horizontes intelectuais e acadêmicos abertos pelos docentes e pesquisadores estrangeiros em missão oficial no país.

Mercados

Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das ciências sociais no Rio de Janeiro, particularmente até o início da seqüência *IBESP-ISEB*, esteve intimamente dependente das demandas formuladas pelos próprios detentores do poder político. Na então capital federal do país e centro das lutas envolvendo as diversas facções de jovens intelectuais radicalizados no pós 30, praticamente todas as iniciativas de "construção institucional" que repercutiram de pronto e a longo prazo sobre as ciências sociais foram caudatárias dos recursos estatais e dos projetos políticos de lideranças emergentes no interior da máquina governamental. Ao que tudo leva a crer, sobretudo no período que vai de 1930 a 1945 quando cai o Estado Novo, o principal patrono das reformas educacionais e culturais foram os mentores intelectuais e políticos à testa do então Ministério da Educação e Saúde Pública, primeiro através do ministro Francisco Campos, parceiro do grupo de reformadores da educação, como por intermédio do ministro Gustavo Capanema. Este último firmou sua carreira política em função das alianças celebradas com os principais grupos de interesse no campo do ensino e da cultura, particularmente a Igreja Católica e seus porta-vozes leigos (Alceu Amoroso Lima, Jônatas Serrano, Hamilton Nogueira, etc.) e eclesiásticos (pe. Leonel Franca, por exemplo), e dos espaços conquistados pelos sucessivos empreendimentos favorecendo a incorporação de artistas e intelectuais cobrindo praticamente todos os matizes do espectro ideológico. Capanema foi indiscutivelmente o responsável pela política cultural mais conseqüente em termos dos efeitos duradouros que até hoje se fazem sentir no âmbito das instituições culturais públicas e de maior impacto político pela envergadura de seus aliados na época. Apesar do relativo fracasso de ambos os empreendimentos universitários cariocas dos anos 30 se comparados aos seus similares paulistas, eles serviram para explicitar os móveis da concorrência e os interesses divergentes entre os diversos círculos de jovens intelectuais em busca de uma caixa de ressonância

adequada às suas pretensões de influência sobre o poder político.

Afora o incipiente mercado de posições universitárias, "prisoneiro" das orientações confessionais já referidas, as oportunidades de inserção para os praticantes das ciências sociais foram se ampliando em função de uma série de iniciativas oficiais. Na verdade, os primeiros anos da década de 40 foram a fase áurea da propaganda ideológica oficial, formando-se uma espécie de mercado de posições e oportunidades regulado pelos créditos governamentais e tendo como postos avançados as agências de publicidade e seus respectivos veículos de divulgação. Apenas a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939 com suas extensões nos diversos estados e das organizações culturais vinculadas às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União exerceram efeitos multiplicadores comparáveis àqueles hoje provocados pelos grandes conglomerados privados da indústria cultural. Na órbita do *DIP* foram abertos inúmeros periódicos políticos e culturais pela primeira vez modelados em função de uma segmentação de mercado, se bem que impressionista, e de uma estratégia complexa de propaganda do regime vigente e de suas realizações e palavras de ordem (29). As Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União incluíam a Rádio Nacional, os jornais governistas *A Noite* (RJ/1942) e *AManhã* (SP/1941), este último dando espaço ao suplemento literário "Autores e Livros"(30). Como se sabe, "o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um 'negócio oficial', implicando um orçamento próprio, a criação de uma 'intelligentsia' e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico"(31).

Em resumo, a inexistência de uma instituição universitária operando como o centro da vida intelectual e científica na cidade do Rio de Janeiro, em condições de impor requisitos acadêmicos mínimos de acesso, promoção e desempenho na carreira, está na raiz da fragmentação de iniciativas, todas elas envolvendo quase sempre os mesmos empresários. A segmentação do campo científico em pequenos empreendimentos torna-o particularmente receptivo às palavras de ordem lançadas por lideranças em vias de legitimação mas ainda não reconhecidas, acirrando a competição entre círculos de produtores desprovidos de padrões comuns de avaliação, e ao mesmo tempo, torna tais empreendimentos demasiado dependentes dos favores cambiantes de lideranças políticas ou dos recursos canalizados momentaneamente em favor de prioridades impostas de fora pelas agências e interlocutores internacionais.

A estreita correlação entre as demandas do sistema político e os contornos da história institucional e intelectual das ciências sociais não deve obscurecer as ligações entre a situação prevalecente no mercado mais amplo da produção e difusão de bens culturais e o estado em que se encontra o mercado de oportunidades abertas aos praticantes das novas disciplinas. Nessa direção, poder-se-ia afirmar que os móveis que atizam a concorrência no interior do campo intelectual ao longo dos anos 30 e, em menor medida, também nas décadas de 40 e 50, envolvem gêneros, modelos de excelência, definições do trabalho intelectual e produtores de bens culturais que não respondem mecanicamente às mudanças institucionais em curso e que darão conta, no limite, das feições daquele segmento novo do sistema interno de produção abrigando os praticantes das ciências sociais. A relação que assim se estabelece entre o sistema vigente de produção cultural e o mercado emergente onde passam a operar os cientistas sociais não se esgota pela caracterização dos vínculos entre uma oferta de obras e/ou de diagnósticos e uma determinada demanda ainda que seja aquela exercida pelos próprios especialistas.

Apesar de inúmeras características da vida intelectual sofrerem ao longo do período transições por vezes bruscas, mesmo o espaço institucional dotado desde o início das condições necessárias para operar como o centro do mercado das ciências sociais (a USP) não conseguiu furtar-se a certas transformações impostas de fora, pela ingerência inevitável das principais instâncias do sistema de produção cultural da época, a começar pelos grandes jornais e revistas ilustradas, passando pelas editoras comerciais, instituições culturais, até aquelas instâncias fazendo as vezes de desaguadouros para as obras dos cientistas sociais, como, por exemplo, as revistas de cultura e de militância político-partidária.

É nesse contexto do sistema mais amplo de produção cultural que se pode tentar construir o perfil emergente das novas disciplinas, dando-se conta ao mesmo tempo dos modelos intelectuais e doutrinários em que se inspiram seus praticantes, das modalidades de participação política aceitáveis pela comunidade profissional emergente, e da escolha de objetos e problemáticas imediatamente percebidas como sinais ostensivos de identidade associados à posição relativa que os cientistas sociais passam a ocupar no campo intelectual interno. Enfim, esse estreito relacionamento entre o sistema inclusivo de proteção cultural e o mercado das ciências sociais em formação, dentro e fora do circuito universitário, também contribui para esclarecer as mutações ocorridas nos paradigmas explicativos daqueles objetos em litígio em meio a uma concorrência onde as diversas gerações e especialistas se aferram em impor as suas interpretações como a 'verdade' da 'realidade brasileira'.

No início da década de 30, dando continuidade a padrões de agregação de interesses no campo intelectual que remontavam às cisões ocorridas no interior mesmo do movimento modernista, a conjuntura intelectual parece imersa numa luta, entre círculos de intelectuais militantes, tanto mais radicalizados quanto mais rígida a orientação confessional. Liberais, católicos, integralistas e simpatizantes de esquerda, os representantes de todos os matizes do espectro doutrinário da época estavam empenhados em construir e veicular o 'retrato do país' melhor ajustado às pretensões de

influência da facção ou instância protetora a que estavam ligados. Sentindo-se ainda bastante marcados pelos precursores modernistas, continuavam a essa altura divididos entre a meta do renome literário e o *status* conferido pela carreira de pensador ou ensaísta, espremidos entre as servidões do funcionalismo público e as atividades no jornalismo, desejosos de salvar o país sem perder a si mesmo e aos seus.

Do ponto de vista da produção intelectual da época de imediato interesse para uma história das ciências sociais, cumpre registrar a fornada de 'retratos do país' dos mais variados matizes, os libelos proferidos em nome da geração, dos partidos, das confissões religiosas, os escritos políticos e militantes, os grandes ensaios de interpretação da história pátria, os estudos e relatórios técnicos (redigidos por civis e militares) sobre problemas e projetos em áreas de infraestrutura (energia, transportes, siderurgia, comunicações, etc.) e, por último, a enxurrada de monografias e trabalhos históricos que praticamente monopolizam o espaço das coleções mais prestigiosas como veículos da produção nacional surgidas em meio ao surto editorial em curso (32). As figuras intelectuais típicas da década de 30 eram os letrados modernistas, os pensadores autoritários, os educadores reformistas, os jornalistas políticos, os historiadores e os líderes a postos nos principais círculos intelectuais (33).

A geração de intelectuais cuja estréia em livro sucede ao longo da década de 30 mostra-se especialmente empenhada na produção de 'retratos do país', quase todos servindo-se de evidências empíricas precárias para a montagem de diagnósticos e reformas políticas e, ao mesmo tempo, distilando nas mesmas obras os preconceitos e modismos então em voga, a começar pelos libelos contra os judeus. Alceu Amoroso Lima, Afonso Arinos de Melo Franco, Miguel Reale, Hermes Lima, Otávio de Faria, Cândido Motta Filho, Francisco Campos, entre outros, quase todos tendo entre 25 e 35 anos, adeptos fervorosos dos regimes políticos autoritários (de direita e de esquerda), crentes em soluções salvacionistas, bacharéis nutridos por juristas italianos, espiritualistas franceses e idealistas alemães, e sentindo-se desafiados a tomar posição diante de entidades como 'Estado', 'Burguesia', 'Povo', 'Raça', 'Igreja', em sua maioria antisemitas convictos, oscilantes entre as letras e a política conforme atestam os livros da primeira etapa de sua trajetória intelectual.

A essa altura, as faculdades de direito e de medicina continuavam dando espaço à veiculação de obras, autores e correntes das novas disciplinas em vias de se firmarem nos campos intelectual e universitário dos países europeus. Até então, os cursos jurídicos eram os centros de aprendizagem intelectual, política, profissional e cultural de sucessivas gerações de herdeiros oligárquicos, neles tendo estudado a maioria dos intelectuais na ativa inclusive os da nova geração e muitos dos que estavam se voltando para as ciências sociais. Todavia, o início dos anos trinta é também um momento de crise do ensino jurídico no país, às voltas com a expansão desenfreada das escolas superiores privadas nos ramos tradicionais. Tal tendência se estendia ainda, embora com menor ímpeto, nos campos da medicina e da engenharia, ao que vinham se juntar algumas recém-fundadas faculdades públicas estaduais (34). Havia, em 1932, 9 faculdades politécnicas (2 públicas estaduais, 2 públicas federais e 5 particulares), 11 faculdades de medicina (3 públicas estaduais, 3 públicas federais e 5 particulares) e 21 faculdades de direito (5 públicas estaduais, 3 públicas federais e 13 particulares). Vale dizer, as corporações religiosas e os empresários particulares sobrepujaram a iniciativa pública no ensino superior, rompendo-se o equilíbrio entre a oferta de bacharéis e a quantidade de postos disponíveis. Não é de estranhar, portanto, o empenho com que os responsáveis pela Igreja Católica procuram garantir sua presença e sobretudo seus interesses em todos os níveis do sistema de ensino.

Foi nessa conjuntura inflacionária no mercado de diplomas superiores que surgiram as faculdades de filosofia cujos diplomados foram desde logo identificados como concorrentes disputando as reservas do mercado de postos até então monopolizados pelos detentores de diplomas concedidos pelos cursos superiores oficiais agora minoritários. Entende-se, por conseguinte, quais as razões que dão conta das resistências aos projetos visando introduzir as ciências sociais no currículo dos cursos jurídicos. Por outro lado, nem a Escola de Sociologia e Política nem a Faculdade de Filosofia da USP constituíam, ao menos nesse primeiro momento, alternativas satisfatórias para uma trajetória profissional à altura das ambições dos herdeiros dos setores dirigentes.

Entre 1930 e 1935, a mocidade acadêmica, quase toda ela bem posta em termos de situação material e social, vai engrossando as fileiras dos três segmentos doutrinários que articulam a vertente radical do espectro político tal como se manifesta no interior do campo intelectual da época. Primeiro, a mobilização dos intelectuais católicos que remonta às iniciativas bem-sucedidas do Cardeal Leme, à criação do Centro Dom Vital (1922) e da revista *A Ordem* (1923), bem como ao trabalho desenvolvido por lideranças combativas como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, duas conversões com elevado rendimento operacional para as hostes a serviço do renascimento institucional da Igreja Católica (35). As mudanças político-administrativas desencadeadas desde o primeiro governo Vargas pós-30, em particular as reformas do ensino secundário e superior, os espaços crescentes que vão sendo conquistados pelos defensores leigos e anticlericais da "escola nova", e até mesmo a reação aos modelos de pensamento veiculados pelas ciências sociais, eis alguns dos fatores que mantêm em guarda as lideranças católicas, prontas a designar seus seguidores para dar combate nas diversas frentes ameaçadas pelos 'infiéis'. Diversos intelectuais católicos se convertem em interlocutores das autoridades federais a braços com as reformas do ensino (secundário, superior, técnico, etc.), participando dos colegiados

oficiais (por exemplo, do Conselho Nacional de Educação e das inúmeras comissões *ad hoc* nos Ministérios da Educação e do Trabalho), integrando-se aos quadros docentes dos experimentos universitários cariocas frustrados ou militando em suas próprias organizações confessionais.

O segundo grupo radical é o movimento integralista que reunia um punhado de bacharéis e jornalistas desgostosos com os rumos tanto da política oligárquica em cujo estado-maior pretendiam se inserir como de sua própria trajetória pessoal. O terceiro grupo inclui intelectuais de esquerda de diversos matizes que, também acabam, a exemplo do que fizeram os integralistas, canalizando suas reivindicações para o interior de um movimento (a ANL) em aliança com outros setores sociais.

Os pensadores e ideólogos desses movimentos escrevem ensaios de interpretação política, obras de divulgação militante, arriscam-se por vezes (sobretudo no início de suas carreiras, como nos casos de Plínio Salgado, Afonso Arinos de Melo Franco e outros) nos gêneros tradicionais do romance, da crítica de arte e literatura, até mesmo em poesia, guiando-se portanto por definições do trabalho intelectual que pouco tinham a ver com os padrões de atuação e produção científica. São contemporâneos dessas correntes de ideólogos *doublés* de políticos um contingente numericamente expressivo de historiadores envolvidos com a redação de obras monumentais de reconstrução dos períodos colonial e imperial, de monografias caudalosas, de histórias políticas regionais e estaduais, de fontes documentais e repertórios biobibliográficos, às voltas com a edição em português de traduções caprichadas dos viajantes, o grande chamariz editorial do momento (36). Deste modo, os novos 'retratos do país' se nutriam, em medida muito maior do que se costuma admitir, dos relatos dos viajantes, quase sempre publicados com a chancela de uma das coleções 'brasilianas'.

Em 1932, ano da Revolução Constitucionalista, os autores dos três mais bem-sucedidos 'retratos do Brasil' em termos da continuidade de sua influência no campo intelectual interno, a saber, Caio Prado Jr., Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, tinham, respectivamente, 23, 30 e 32 anos. Se comparados aos seus homólogos europeus ou norte-americanos, seriam considerados jovens pesquisadores em início de carreira e dificilmente poderiam merecer desde então o *status* e o tratamento de mestres do pensamento e da 'realidade brasileira'. Na verdade, o interesse na análise da trajetória intelectual dessa trindade 'brasiliana' se prende tanto ao conteúdo substantivo de suas obras quanto àquelas dimensões cambiantes com que se defrontava o mercado intelectual da época. Os autores de *Evolução Política do Brasil*, *Raízes do Brasil* e *Casa Grande e Senzala*, trabalhavam por conta própria, não tendo então quaisquer laços com a instituição universitária, empresários de suas obras na acepção literal do termo, e ainda bastante marcados pelos procedimentos da fatura ensaística. Os três desenvolveram sua carreira intelectual valendo-se basicamente de seu patrimônio material e social, devendo quase nada a mentores políticos, partidários ou acadêmicos. E ainda que os trabalhos de Gilberto Freyre sejam impensáveis sem o prolongado estágio vivido em universidades, arquivos e bibliotecas norte-americanas e européias, ele consolidou sua carreira guiando-se pelo modelo do grande intelectual de província cujo espaço institucional não é senão a extensão de seu cacife pessoal (37).

A força mobilizadora dos três viabilizou instituições e veículos difusores de sua liderança, e de suas obras, propiciando o recrutamento de aliados, discípulos e simpatizantes. Contudo, o exame de suas trajetórias torna inteligível as condições sociais, materiais e institucionais necessárias aos empreendimentos de intelectuais que operam segundo o modelo dos livre-atiradores isolados, de resto o padrão dominante de carreira intelectual em sucessivas gerações da classe dirigente brasileira. Eles foram, a rigor, os últimos representantes de uma categoria de grandes intelectuais autodidatas (bem entendido, autodidatas em termos da abordagem disciplinar e da produção intelectual com que firmaram sua reputação e não porque não tivessem realizado estudos superiores nas escolas tradicionais) que o desenvolvimento institucional subsequente extinguiria. Gilberto Freyre é o que mais se distancia dessa definição em virtude do prolongado estágio acadêmico vivido no exterior e que, no entanto, se deveu, pelo menos no início, a motivações extra-acadêmicas derivadas de suas ligações com os protestantes batistas.

A compreensão da conjuntura intelectual da época, requer, no entanto, um confronto entre as transformações operadas no mercado mais amplo da produção cultural e os conteúdos contrastantes do trabalho intelectual que vai tomando corpo no espaço universitário em tensão com as demandas provenientes dos grandes jornais e revistas ilustradas e de cultura surgidas no período. Ao longo das décadas de 30 e 40, os diários editados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo constituíam o principal mercado de divulgação para intelectuais, inclusive para aqueles que davam seus primeiros passos numa carreira universitária ainda embrionária. Apenas a título de ilustração, no início dos anos 30, na cidade do Rio de Janeiro, circulavam ao mesmo tempo o *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *A Manhã*, *O País*, *A Pátria*, *Diário de Notícias*, *A Notícia*, *A Noite*, *O Globo* e, na mesma época em São Paulo, havia o *Estado de São Paulo*, *Diário de São Paulo*, *Diário Nacional*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *Jornal do Comércio*, *Diário Popular*, sem falar nas inúmeras revistas ilustradas então surgidas (38)

A grande imprensa constituía um esteio profissional bastante cobiçado pelos jovens intelectuais da nova geração. E um teste de fôlego a que se submetiam os aspirantes mais ambiciosos não podia deixar de ser o desempenho diário ou regular como responsável por uma coluna ou rodapé de crítica literária ou de arte. Fora dos marcos da grande imprensa,

não havia espaços alternativos para firmar presença, pelo menos não por enquanto. Assim, não é de se estranhar que uma transição importante operada no mercado de postos intelectuais seja aquela envolvendo a posição-chave de *crítico*, entendendo-se alguém plenamente habilitado a fazer resenhas circunstanciadas e um tanto polêmicas, capaz de oferecer um mapa sintético da vida intelectual, de divulgar as novidades européias e de estabelecer pontes entre os diversos campos do saber humanístico.

Até mesmo a primeira geração de formados em ciências sociais na Universidade de São Paulo começou atuando profissionalmente ainda bastante marcada pela definição do crítico como o modelo do intelectual por excelência. No depoimento prestado a Mario Neme no início dos anos 40, Antonio Cândido afirmava que o traço definidor de sua geração era uma "leva de espíritos críticos (...) críticos de pintura, de música, de literatura, de história, de filosofia", enquadrando nessa fórmula diversos de seus amigos e contemporâneos que acabaram de fato se especializando nas direções mencionadas. Prosseguindo com seu depoimento, "quase todos têm em preparo um trabalho de história, ou de sociologia ou de estética ou de filosofia, como os seus maiores tinham romances, e todos começam pelos artigos de crítica, como os seus maiores começavam pela poesia", concluindo, "(...) e são críticos e estudiosos 'puros', no sentido de que, neles, dominará sempre esse tipo de atividade", não havendo portanto mais espaço para o que o então jovem professor e crítico designava como 'destinos mistos', o daqueles intelectuais da geração anterior com um pé na literatura e outro na doutrina e militância política (39). Por último, cumpre registrar ainda o nivelamento hierárquico dos diversos campos citados da atividade intelectual, com a ênfase continuando a incidir sobre o trabalho pronto e acabado, enfim sobre a obra, sobre a autoria, dando-se ainda pouca atenção ao processo de trabalho intelectual, aos requisitos de postura, de método e de definição do objeto, característicos da atividade propriamente científica. Em outras palavras, essa precedência conferida ao trabalho intelectual do 'crítico profissional' ainda está distante de um compromisso científico estrito.

É justamente em São Paulo que se começa a romper com essas definições transicionais do trabalho intelectual naquele espaço que pouco a pouco vai se constituindo como o campo das ciências sociais. E o indicador mais inequívoco dessa ruptura e conseqüente estruturação de um novo padrão de autonomia acadêmica e institucional é o fato de aí terem surgido as duas primeiras revistas estritamente acadêmicas de ciências sociais, quais sejam a revista *Sociologia* em 1939 e a *Revista de Antropologia* em 1954 (40). A primeira delas deu vazão à produção científica dos três mentores intelectuais da Escola Livre de Sociologia e Política (Donald Pierson, Emílio Willems e Herbert Baldus) nos campos, respectivamente, dos estudos de comunidade, dos estudos de aculturação/assimilação e dos estudos indigenistas. A *Revista de Antropologia*, por sua vez, constituía então o empreendimento isolado de um acadêmico moldado nos padrões europeus e quase totalmente voltado para o ambiente acadêmico internacional com o qual Egon Schadem mantinha ligações próximas.

É também em São Paulo que aparecem as três revistas de cultura em que prestaram ampla e fecunda colaboração diversos integrantes da primeira geração de cientistas sociais formados no estado, a mesma cujos líderes foram ocupando progressivamente as principais posições de mando na hierarquia acadêmica em vias de constituição. As revistas *Clima* (1941), *Anhembi* (1950) e *Brasiliense* (1955), embora não sejam bancadas diretamente pela instituição universitária, atestam o vigor intelectual da primeira leva de intelectuais universitários que, como vimos acima, mantinham uma sintonia permanente com os diversos gêneros em expansão na produção da época, em particular o cinema, as artes visuais e as próprias ciências sociais.

O grupo dos então apelidados 'chato-boys' responsáveis pela revista *Clima* incluía as figuras-chaves da crítica literária e da cultura da nova geração: Antonio Cândido de Mello e Souza, sociólogo bandado para a crítica literária que já vinha exercendo muito antes de fazer sociologia, o intelectual reconhecido por contemporâneos e competidores como o modelo de excelência de sua geração; Décio de Almeida Prado, o mais respeitado crítico de teatro da época áurea do TBC e dos primórdios do teatro profissional brasileiro; Paulo Emílio Salles Gomes, figura quase antológica da crítica cinematográfica; Lourival Gomes Machado, bacharel em direito, licenciado em ciências sociais, professor da cadeira de política e crítico de artes visuais; Ruy Galvão de Andrada Coelho, também ex-acadêmico de direito em São Paulo, crítico literário e sociólogo da arte e da cultura. A revista *Clima* é sobretudo um órgão de combate intelectual criado por um grupo de amigos e contemporâneos dos bancos da faculdade que buscavam conquistar espaço no campo intelectual em geral, e na hierarquia universitária em particular. Em outras palavras, tratava-se de uma revista de cultura produzida fora dos muros acadêmicos justamente pela nata mais promissora das primeiras turmas de diplomados. Por essas razões, a revista *Clima* é, sob diversos aspectos, a expressão do caldo de cultura acadêmica que estava germinando na universidade paulista, sob a direção dos professores estrangeiros e, secundariamente, serviu para alavancar as carreiras de alguns dos futuros catedráticos dos anos 50 e 60. A despeito de alguns dos 'chato-boys' terem logo deixado a universidade, vindo a nela se reintegrarem tardiamente, o fato de ter sido viável concretizar uma revista como *Clima* comprova a efervescência intelectual e a complexidade institucional do movimento cultural paulista.

As revistas *Anhembi* e *Brasiliense*, por sua vez, são empreendimentos marcados também pelo novo clima

intelectual para o qual colaborava a universidade mas sobretudo tendentes a operar como marcos divisórios do espectro doutrinário característico do pós-guerra, dos tempos da guerra fria, confrontando os defensores do 'ocidente' aos partidários do 'socialismo'. Os custos financeiros de ambas as revistas corriam por conta de editoras comerciais, tendo como aval o risco assumido pelos respectivos donos e principais acionistas. Por estranho que pareça, Paulo Duarte e Caio Prado Jr. partilhavam algumas características comuns em função da posição de relativa autonomia de vôo de que desfrutavam junto aos núcleos militantes de defesa das teses políticas encampadas pelas revistas que haviam fundado como foros avançados de combate. Ao que tudo indica, ambas as revistas em pauta propiciavam um recurso organizacional estratégico nas lutas por espaço no processo de modernização cultural em curso em São Paulo, a despeito de suas divergências doutrinárias e de distintos perfis intelectuais. *Anhemi* era um veículo identificado com as vanguardas estéticas e culturais européias, francesas em particular, postura indissociável de sua 'opção' pelos aliados 'ocidentais' no duplo sentido do termo, vitoriosos contra o nazismo e contra a via socialista soviética. A *Revista Brasiliense* buscava afirmar-se abertamente como órgão aberto e heterodoxo de divulgação e discussão da teoria marxista e dos caminhos para o socialismo sem se curvar aos esquadros rígidos do oficialismo soviético respeitado inclusive por outros veículos de esquerda editados na mesma época (*Problemas, Fundamentos e Estudos Sociais*, as três ligadas ao PCB).

Ambas as revistas em pauta estavam lidando com a agenda de temas e preocupações de um público cultivado composto de profissionais liberais, altos funcionários e empresários bem-sucedidos, com uma presença significativa de judeus de segunda geração cujas famílias tinham vivido experiências dramáticas de perseguição racial ou de militância política aqui e na Europa. *Anhemi* e *Revista Brasiliense* representavam as vertentes culturalistas de direita e esquerda em vigência no campo intelectual paulista. Eram veículos que se enquadravam numa espécie de divisão do trabalho de aconselhamento cultural qualificado: *Anhemi* voltava-se mais para os objetos de devoção do culturalismo em voga naquela conjuntura e abria amplo espaço à cobertura comentada dos eventos artísticos da cidade; a *Revista Brasiliense* era o órgão por excelência da esquerda não oficial, ou melhor, da esquerda intelectual em vias de constituição, firmando-se como um espaço de discussão das principais teses, argumentos e interpretações da realidade brasileira. *Anhemi* cobria os espaços de sociabilidade (estréias nacionais e espetáculos de companhias estrangeiras em temporada, exposições e bienais, cinemateca, livros novos, etc.) frequentados pelas novas elites universitárias independentemente de suas afinidades ideológico-partidárias, enquanto a *Revista Brasiliense* tematizava os dilemas de participação política com que se defrontavam esses mesmos setores sociais. Em suma, ambas realizavam um trabalho idêntico de mapeamento e divulgação cultural e decerto eram consumidas ao mesmo tempo por uma ampla faixa do seu público leitor cujos integrantes, como se sabe, se diferenciavam pelo sinal de suas preferências político-doutrinárias.

Em contrapartida, no Rio de Janeiro, continuavam circulando as revistas literárias e culturais mais antigas com novas roupagens (*Revista Acadêmica, Revista Brasileira, Revista do Brasil*, etc.) e somente em plena vigência do Estado Novo vão surgindo novos periódicos (*Cultura Política, Ciência Política*, etc.) como parte do esforço de propaganda e *merchandising* do regime, configurando-se um mercado público de circulação restrita, abrigando alguns poucos intelectuais expressivos em companhia de uma grande leva de intelectuais especializados em textos de encomenda, em panegíricos do regime e de suas figuras de proa. E a melhor prova disso é a revista *Cultura Política*, que se definia como uma revista de 'estudos brasileiros' com a proposta de 'esclarecer' o rumo das transformações sociais e políticas do país mas que de fato operava como um órgão sofisticado de proselitismo cuja característica marcante era o persistente trabalho hagiográfico em torno da figura de Vargas (41).

Esses exemplos permitem uma reconstrução sucinta dos mercados onde passaram a operar os cientistas sociais no país. Nos anos 30 e 40, a universidade passou a ser (e continua até hoje) o centro do sistema de produção erudita em São Paulo, coadjuvada pelas instituições culturais e empreendimentos na área de difusão (jornais, revistas e editoras) sob controle de grupos privados. No Rio de Janeiro, até mesmo o mercado de difusão cultural (editoras, etc.) se expandiu sob a égide e o apoio oficial, dependente quase sempre de recursos governamentais. Nos anos 30 e 40, a história das ciências sociais é, sobretudo, a maturação ou o fracasso dos diversos experimentos institucionais que lhes deram alento; nessas décadas, o centro do debate intelectual continua girando em torno das grandes obras literárias (o surto dos romances sociais e introspectivos, a ficção e a poesia modernistas), dos ensaios dos publicistas, juristas e pensadores autoritários (Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Manuel Bonfim, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Barroso, Miguel Reale, Plínio Salgado, Hermes Lima, Francisco Campos, Nestor Duarte, etc.), da fornada considerável de trabalhos históricos e apoloéticos. Os cientistas sociais propriamente ditos (ou seja, que melhor se ajustam à definição hoje corrente e dominante do que se entende por ciência social) e que publicam nesse período são Roquete Pinto, Delgado de Carvalho, Anísio Teixeira, Artur Ramos, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Roberto Simonsen, Carneiro Leão, entre outros, todos eles figuras de transição prensados entre definições concorrentes do trabalho intelectual, a meio caminho entre a literatura, o ensaio, as profissões liberais, o trabalho pedagógico, a militância nos movimentos sociais da época, o desempenho de cargos políticos executivos, os negócios pessoais e, por conseguinte, pouco propensos a se deixarem

enquadrar como cientistas sociais em sentido estrito. Os anos 50, por sua vez, assinalam o esvaimento das famílias de pensamento dominantes na conjuntura anterior e a primeira leva de teses e trabalhos acadêmicos da escola sociológica paulista, tanto de seus mentores estrangeiros (Pierson, Baldus, Willems, Bastide, Monbeig, Lévi-Strauss, etc.) como da primeira geração de licenciados (Florestan Fernandes, Antônio Cândido, etc.). No Rio de Janeiro, é a época da escola isebiana desenvolvimentista e de seus principais porta-vozes (Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, etc.). Os anos 60, por fim, especialmente até 1964, assinalam transições e diferenciações de peso no interior dos grupos mais representativos das ciências sociais no Rio e em São Paulo. Após um dilatado período de formação intelectual e acadêmica da terceira geração da escola sociológica paulista (Fernanda Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Silvia Carvalho Franco, Marialice Foracchi, etc.), quase todos tendo pesquisado e redigido suas teses sob a orientação de Florestan Fernandes, surgem em São Paulo os primeiros indicadores de uma diferenciação intelectual e política através dos dois grupos de leitura de *O Capital* de Marx (sem falar nas repercussões imediatas provocadas pelo funcionamento da recém-fundada Fapesp sobre a divisão do trabalho acadêmico, sobre os estilos de fazer pesquisa, sobre o montante de recursos ao alcance dos cientistas sociais, etc.), com repercussão sobre uma temática manifestamente apoiada em componentes classistas e sobre a definição de objetos histórico-concretos (o empresariado, o papel do estado, a luta de classes, etc.) que expressavam uma significativa mudança de postura em face da teoria e da prática políticas. A análise das temáticas, das orientações teórico-metodológicas, das pesquisas, das relações intelectuais internacionais, das teses, coletâneas e livros de toda essa geração de cientistas sociais pioneiros é objeto de um outro texto em vias de elaboração.

ANEXO

Diplomados das Faculdades de Direito e Medicina de São Paulo/1934-1949

Anos	Direito			Medicina		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1934	184/99 %	2/1%	186	49/96 %	2/4 %	51
1935	58/100%	0	58	49/98 %	1/2 %	50
1936	302/99 %	4/1%	306	50/100%	0	50
1937	74/100%	0	74	60/100%	0	60
1938	189/99 %	2/1%	191	43/96 %	2/4 %	45
1939	283/98 %	5/2%	288	63/99 %	1/1 %	64
1940	206/96 %	8/4%	214	75/95 %	4/5 %	79
1941	199/96 %	7/4%	206	80/93 %	6/7 %	86
1942	265/98 %	6/2%	271	87/97 %	3/3 %	90
1943	16/100%	0	16	85/99 %	1/1 %	86
1944	215/97 %	6/3%	221	87/97 %	3/3 %	90
1945	204/97 %	7/3%	211	90/95 %	5/5 %	95
1946	183/96 %	7/4%	190	95/93 %	7/7 %	102
1947	122/93 %	9/7%	131	72/88%	10/12%	82
1948	199/96 %	8/4%	207	79/98 %	2/2 %	81
1949	339/95 %	16/5%	355	74/91 %	7/9 %	81
Totais	3038/97 %	87/3%	3125	1138/95 %	54/5 %	1192

NOTAS:

- 1 - Ver, por exemplo, as referências contidas em Claude Lévi-Strauss (1957, XI, p. 101 e s.) e Paul Arbousse Bastide (13.12.1984, p. 21-23).
- 2 - Dados constantes dos quadros I e II foram coligidos junto às secretarias da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
- 3 - Entre os sobrenomes de famílias judias, pode-se registrar os das famílias Levy, Schreiner, Loewenberg, Hamburger, Segall, Tepermann, Farkas, Berezovsky, Beiguelmann, Fineberg, Lifchitz, Goldberg, Rosenberg, Berezin, entre outros, perfazendo em torno de 13 a 15% dos licenciados.
- 4 - Entre as famílias de ascendência árabe, pode-se mencionar as famílias Maluf, Mafud, Mussa, Aschcar, Eid, Atalla, Temer, Bussamra, Zarif, etc., e entre as famílias judias pode-se citar as famílias Mindlin, Goldstein, Kauffmann, Schwartzman, Frankenthal, Cherkassy, Feldmann, Tabacow, Zimmermann, Gorestein, Rotemberg, etc... Os dados relativos ao corpo discente da Faculdade de Direito de São Paulo foram coligidos junto à secretaria desse estabelecimento de ensino. Em termos comparados, a proporção de estudantes judeus sobre o conjunto de licenciados é bem mais restrita nas Faculdades Paulista de Direito e Medicina do que nos dois cursos de ciências sociais. Para completar o perfil da análise comparativa, uma turma típica da Faculdade de Medicina de São Paulo entre 1934-1939 incluía uma taxa média de 1,8% de mulheres (entre 0 e um máximo de 4), ampliando-se para 5,4% entre 1940-1949. A presença de estudantes provenientes de famílias imigrantes é tão expressiva quantos nos cursos de ciências sociais, alcançando a taxa média de 37 % entre 1934-1939 e de 43% entre 1940-1949, o escore mais elevado dentre todos aqui referidos. Vale

dizer, ao que tudo leva a crer, a carreira médica constituía uma alavanca muito mais segura e ao alcance de grupos sociais emergentes do que a carreira em direito, estreitamente dependente do cacife de relações acionáveis pelo círculo familiar.

5 - As veleidades literárias dos bacharéis em direito dessa época se traduziam numa prática persistente dos gêneros tradicionais, com especial ênfase na poesia e na crítica, aos quais se dedicaram com empenho inclusive alguns dos futuros expoentes da política profissional como foi o caso de Ulisses Guimarães. Este e outros exemplos de pendores literários dos acadêmicos de direito constam da obra de John W. F. Dulles, (1984).

6 - Seria ocioso listar os nomes das nossas companheiras de profissão que se destacaram por sua contribuição intelectual e científica. Entre as que se reorientaram profissionalmente, pode-se citar o caso de Virgínia Leone Bicudo, concluinte da ELSP em 1939, uma das pioneiras da seção paulista da Sociedade Brasileira de Psicanálise fundada em 1935.

7 - Entre outros, pode-se mencionar os casais Fernando Henrique Cardoso/Ruth Côrrea Leite Cardoso, Antonio Cândido de Mello e Souza/Gilda de Mello e Souza, Dante Moreira Leite/Míriam Lifchitz Moreira Leite, Oliveiros da Silva Ferreira/Walnice Galvão, Renato Jardim Moreira/Maria Sylvia Carvalho Franco, etc...

8 - Consultar Simon Schwartzman e outros, (1984, em especial o capítulo 7, "O Grande Projeto Universitário", p. 205/230); Simon Schwartzman (org.) (1982); Sergio Miceli, «O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado» (1983, p. 399-436).

9 - Cf. S. Schwartzman (1984, p. 212-218), onde constam os nomes dos professores atuantes nos dois empreendimentos universitários cariocas dos anos 30.

10 - Helio Jaguaribe, carioca nascido em 1923, se formou em direito pela Faculdade Nacional de Direito, industrial; Candido Antonio José Francisco Mendes de Almeida, carioca nascido em 1928, também se diplomou em direito e filosofia pelas Faculdades de Direito e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, doutor em direito pela Faculdade Nacional de Direito, advogado de empresas multinacionais; João Paulo de Almeida Magalhães, mineiro nascido em 1927, bacharel pela Faculdade de Direito da PUC/RJ, tendo realizado cursos no Instituto de Estudos Superiores de Economia e Política da Universidade de Paris, doutorando-se em ciências econômicas pela mesma universidade, economista da Confederação Nacional da Indústria; o industrial Israel Klabin, carioca nascido em 1929, se formou em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil, conselheiro dos ministros da Fazenda e do Exterior.

11 - A Sociedade de Sociologia de São Paulo, criada em 1934, se tornou, em janeiro de 1950, a Sociedade Brasileira de Sociologia sediada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e seções regionais no Rio de Janeiro e em Recife. O I Congresso Brasileiro de Sociologia, inaugurado com discurso pelo então governador de São Paulo o professor Lucas Nogueira Garcez, contou com o patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, teve lugar entre 21-27 de junho de 1954 na FFCL/USP. A Comissão Organizadora era integrada pelos professores Fernando de Azevedo (pres.), Antônio Rubbo Muller, Vicente Unzer de Almeida, Egon Schaden, Luis de Aguiar Costa Pinto e L. Pinto Ferreira. O temário, a lista de participantes, o regimento interno, as comunicações e debates, constam do volume *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, São Paulo, 1955, 361 p. A Associação Brasileira de Antropologia foi fundada em 1955, no mesmo ano em que ocorreu a II Reunião Brasileira de Antropologia em Salvador, Bahia.

12 - Consultar a obra de Irene R. Cardoso (1982), que examina o perfil doutrinário e político das elites responsáveis pelo projeto de criação da Universidade de São Paulo.

13 - Ver a relação completa dos integrantes dessas equipes no texto ainda inédito de Mariza Corrêa, "A Revolução dos Normalistas (Educadores e Cientistas Sociais no Ministério da Educação nos Anos 50)", São Paulo, 1987, constante do primeiro relatório parcial da pesquisa em andamento «História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)», São Paulo, IDESP, 1986, financiada pela FINEP.

14 - A intensa diferenciação do mercado paulista de produção e difusão cultural se apoiou em empreendimentos como o Departamento Municipal de Cultura (1935) onde foram realizadas as pesquisas sobre padrão de vida sob a responsabilidade de Oscar Egydio de Araújo e dos norte-americanos Davis e Lowrie; a *Revista do Arquivo Municipal*. (1934); os Museus de Arte de São Paulo (1948) e de Arte Moderna de São Paulo (1948); o Teatro Brasileiro de Comédia (1948/amador, 1950/profissional); a Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949); a Bienal Internacional de Artes Plásticas de São Paulo (1951). A esse respeito, consultar as obras de Décio de Almeida Prado (1984); Maria Rita Galvão (1981); Paulo Duarte (1985); José Carlos Garcia Durand (1985); M. Catani (1983).

15 - «Eu sou um desenraizado. Eu sou descendente de uma família de imigrantes portugueses que se deslocaram do Minho para o Brasil, pessoas rústicas. E, inclusive, para poder estudar, tive de enfrentar um conflito com minha mãe. Precisei dizer-lhe: `a partir desse momento, ou fico em casa e vou estudar, ou saio de casa para estudar e a senhora perde o filho «(...) Mas eu era um desenraizado e não me vinculara a nenhum grupo intelectual em São Paulo», trecho da entrevista concedida por Florestan Fernandes à revista *Transformação* (Fernandes, 1975 p 19). "Antonio Candido de Mello e Souza, filho do Dr. Aristides Candido de Mello e Souza, médico, e de Clarisse Tolentino de Mello e Souza, nasceu em 1918, no Rio de Janeiro, mas viveu desde a primeira infância em Minas Gerais, de onde é sua família. Residiu nas cidades de Cássia e Poços de Caldas, e nesta última fez os estudos secundários. Em 1937 matriculou-se na Universidade de São Paulo, cursando a 1.ª seção do antigo Colégio Universitário e, posteriormente, as Faculdades de Direito e Filosofia. Interrompendo no 5.º ano os estudos jurídicos, licenciou-se na segunda em Ciências Sociais (1941), e nela recebeu mais tarde os títulos de livre-docente de Literatura Brasileira (1945), de doutor em Ciências (1954). Em 1974 passou a professor-titular de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP", trecho extraído do volume *Esboço de Figura/Homenagem a Antonio Candido* (1979, p. 11). "O Grupo de Itatiaia era uma constelação de valores que tinha como estrela central Hélio Jaguaribe; sua ascendência surgia à observação menos atenta, vinha dos bancos acadêmicos, era livremente consentida, assentava em bons alicerces e contribuía para unir a todos. Jaguaribe, ao tempo, se dividia entre a atividade empresarial e a atividade cultural, por vezes conflitantes. Colocado entre as razões que fundamentavam as suas posições liberais e as exigências ancoradas nos condicionamentos empresariais, conciliava com dificuldades as contradições, daí sua dualidade intrínseca, que servia de disfarce (...) a uma postura proclamada como fundada na 'independência'. O desenvolvimento juscelinista (...) abria amplas perspectivas, na área empresarial, a pessoas com os dotes e as relações de Jaguaribe; ele, de sua parte, estava em condições de prestar à chama da 'ideologia do desenvolvimento' grandes serviços, com a sua inteligência, a sua capacidade de agremiar, a sua incontestável liderança intelectual. Pela ordem natural das coisas, a direção do ISEB deveria pertencer-lhe: era o líder do grupo intelectual que o imaginara e até o criara, desde a fase preliminar do IBESP. Surgiram aí, entretanto, as razões do outro campo, o das atividades empresariais que o impediram. Tratava-se de escolher, entre os companheiros, aquele que tomaria a seu cargo a tarefa, continuando Jaguaribe a exercer a liderança. Entre esses companheiros estava Roland Corbisier, transferindo-se de São Paulo para o Rio, disponível e necessitado de trabalho condizente com o seu nível Intelectual (...) «Minha posição era de segundo plano. O

departamento de História fora confiado a Cândido Mendes de Almeida (...) fiquei encarregado da parte brasileira da História; Cândido ficou com a parte dita Universal. Embora nossas relações fossem cordiais, nunca nos reunimos para qualquer entendimento, qualquer combinação, qualquer plano; cada um fazia como achava melhor. Nunca assisti suas aulas; ele nunca assistiu às minhas. Ambos estávamos absorvidos pelas nossas atividades fora do ISEB (...) O mesmo acontecia em relação aos outros professores do ISEB (...) Na sua maioria, viam na vitória de Kubitschek a grande oportunidade política, para o grupo e para cada um.», trecho extraído de Nelson Werneck Sodré (1978, p. 15-18). Ver ainda a entrevista concedida por Antonio Candido à revista *Transformação* (Candido, 1974).

16 - “A Faculdade de Direito continuava, então, o principal centro de preocupações com problemas sociais, a sociologia considerada como um complemento da história, do direito, da filosofia, da política. Na cátedra de Sociologia Jurídica, Almqüio Diniz faz antes filosofia social e teoria do direito, ao tempo em que dessa perspectiva faz crítica literária (...) os interesses sociológicos de juristas da Faculdade de Direito que buscam no social a origem e a compreensão e explicação do ‘especificamente jurídico’ como norma e instituição (...) Possivelmente porque, de fato, não havia necessidade numa sociedade estagnada e isolada de mais eficazes instrumentos de análise dos problemas emergentes que só viria a ser sentida, ou pelo menos, pressentida alguns dez anos depois, quando aquelas transformações atingiram em cheio o nosso Estado. Se bem que entre 1930 e 1950, progredissem os estudos etnológicos sobre elementos culturais de origem africana, a sociedade nacional como quadro da vida baiana só começou a despertar curiosidade e a pedir explicação e compreensão aproximadamente em 1950” (Thales de Azevedo, 1984, p. 66-72).

17 - Informações extraídas de Pedro Parafita de Bessa (1955, p. 299-304).

18 - As únicas exceções no grupo pioneiro da escola sociológica paulista são Antonio Candido e Florestan Fernandes. O primeiro participou ativamente do movimento anti-Estado Novo que culmina com a publicação intitulada *Resistência* (em companhia de José Bonifácio Coutinho Nogueira, Germinal Feijó, Antonio Costa Corrêa, Roberto de Abreu Sodré e Francisco Morato de Oliveira) e do subsequente Grupo Radical de Ação Popular (GRAP) junto com Paulo Emílio Salles Gomes (então com 27 anos, recém-formado pela FFCL/USP), Germinal Feijó e o jornalista Paulo Zingg, em seguida integrando o Comitê executivo provisório da Frente de Resistência, movimento de esquerda anti-Vargas (mas incompatibilizado com a linha pró-Vargas assumida por Prestes e pelo PCB) que acabou dando origem à União Democrática Socialista (junho de 1945), por cujo manifesto de lançamento foi co-responsável junto com Paulo Emílio Sales Gomes, Paulo Zingg e outros, reivindicando um regime socialista no Brasil. Informações extraídas da entrevista citada na revista *Transformação*, do volume intitulado *Paulo Emílio/ Um Intelectual na Linha de Frente*, coletânea de textos de Paulo Emílio Salles Gomes (Calil & Machado, 1986) e da obra citada de John W. F. Dulles (1984, p. 348/352). Florestan Fernandes, por sua vez, militou persistentemente nos movimentos em prol das reformas do ensino, tendo marcante participação na campanha que culminou com a Lei de Diretrizes e Bases na primeira metade dos anos 50.

19 - Ver o texto de Maria Hermínia Tavares de Almeida, «A institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro», constante do 2º Relatório Parcial da pesquisa em andamento «História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)», São Paulo, IDESP, março de 1987.

20 - A respeito das filiações partidárias dos acadêmicos e líderes do curso jurídico paulista, consultar a obra citada de J. W. F. Dulles (1984, partes XI e XII).

21 - Sobre esse assunto, consultar Jorge Nagle (1974); Luiz Antonio Rodrigues da Cunha (s. d.); João Eduardo Rodrigues Villalobos (1969).

22 - Em Minas Gerais, por exemplo, basta citar os nomes de Orlando M. de Carvalho, Milton Campos; no Rio de Janeiro, os de Celso Furtado, Rômulo Barreto de Almeida, Ignácio Rangel e João Paulo de Almeida Magalhães, se colocam entre os primeiros detentores de títulos em cursos de economia; na Bahia, praticamente toda uma geração de praticantes e autodidatas em ciências sociais são bacharéis e docentes em direito, como por exemplo, Nelson de Souza Sampaio, A. L. Machado Neto e outros.

23 - Consultar as obras metodológicas de Florestan Fernandes publicadas no período (em especial 1958, 1959).

24 - Ver o arrolamento da produção paulista em ciências sociais do período no texto de Cintia Fernandes Contreiras constante deste II Relatório Parcial, intitulado *A Produção Científica da Área de Ciências Sociais na USP: Dissertações e Teses*.

25 - Ver o texto de Maria, Hermínia Tavares de Almeida sobre a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* constante do I Relatório Parcial da pesquisa «História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)».

26 - Ver os textos de Fernando Papaterra Limongi, «A Escola Livre de Sociologia e Política e o Desenvolvimento da Sociologia em São Paulo», e o texto citado acima de Cintia F. Contreiras, ambos incluídos nos Relatórios I e II da pesquisa «História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)».

27 - Consultar as tabelas constantes do texto citado de Maria Hermínia Tavares de Almeida sobre a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.

28 - Para uma perspectiva comparativa, consultar os trabalhos de Fritz K. Ringer (1969); Pierre Bourdieu (1984); Terry N. Clark (1973).

29 - Consultar o capítulo VI da tese de doutoramento de Evelina Dagnino, «The Estado Novo: the attempt to construct a national culture».

30 - Consultar também Lúcia Lippi de Oliveira e outros (1982), especialmente os caps. I (“O pensamento de Almir de Andrade”) e III (“Uma configuração do campo intelectual”). Para uma compreensão abrangente das transformações ocorridas nos diversos graus do sistema de ensino durante o Estado Novo, consultar a obra de Simon Schwartzman (1984) e, do mesmo autor, a análise problematizando as diferenças entre os grupos dirigentes no Rio de Janeiro e São Paulo (1973).

31 - Ver Sergio Miceli (1979, cap. III “Os intelectuais e o Estado”, p. 129/187).

32 - Trata-se das coleções Brasileira/Companhia Editora Nacional, Biblioteca Histórica Brasileira/Editora Martins, Documentos Brasileiros/Editora José Olympio, entre as principais. O surto editorial dos anos 30 e 40 mereceu um capítulo circunstanciado na obra citada de Sergio Miceli, «A expansão do mercado do livro e a gênese de um grupo de romancistas profissionais», p. 69/128. Tome-se como exemplo a produção historiográfica em 1939, cujo padrão se manteve desde meados dos anos 30 até pelo menos 1945: *Pré-História Brasileira*, de Aníbal Matos; *Migrações e Cultura Indígena*, de Angione Costa; *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, de José Carlos de Macedo Soares; o primeiro tomo de *Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil*, de J. F. de Almeida Prado; *Formação Histórica do Brasil*, de João Pandiá Calógeras; o terceiro tomo da *História Social do Brasil*, a *História da Casa da Torre* e a *História do Brasil*, os três de Pedro Calmon; o tomo I da *História do Império*, de Tobias Monteiro; o *Panorama do Segundo Império*, de Nelson Werneck Sodré; o primeiro volume de *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, de Luís Edmundo; *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, de Gastão Penalva; *Açúcar: algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do Nordeste*, de Gilberto Freyre que também publicou o guia histórico-sentimental *Olinda*; *A Escravidão no Brasil*, de João Dornas Filho; em tradução de L. de Azeredo Pena, a *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Saint-Hilaire; as *Crônicas do Brasil Antigo*, de F. Rodrigues Alves Filho, prefaciadas por Afonso Arinos; o primeiro volume da *História Geral da Agricultura Brasileira*, de Luís Amaral; a *História do Café no Brasil*, de Afonso Taunay; *O Café na História, no Folclore e nas*

Belas-Artes e Estudos de História do Brasil, de Basílio de Magalhães; *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*, de Joaquim Nabuco; *Canudos/Diário de uma Expedição* e *Peru Versus Bolívia*, de Euclides da Cunha; *O Pan-Americanismo e o Brasil*, de Hélio Lobo; *Maceió*, de Craveiro Costa; *Ceará*, de Raimundo Girão e Martins Filho; a biografia de André Rebouças, de Inácio José Veríssimo. Informações extraídas de Wilson Martins (1978, p. 127/8)

33 - Para uma cobertura exaustiva de alguns indicadores pertinentes da vida intelectual brasileira no período 1930-1964, consultar a obra citada acima de Wilson Martins (1978).

34 - A esse respeito, consultar Alberto Venâncio Filho (1977) e o *Resumo da Estatística Geral do Ensino no Brasil em 1932*, in *Diário Oficial da União*, 16/10/1934.

35 - Sobre o «rearmamento» institucional da Igreja Católica desde os anos 20, consultar a obra citada de Sergio Miceli (1979, p. 51-56); Laurita Pessoa Raja Gabaglia (1962, p. 238 e s.); Pe. Luiz Gonzaga da Silveira d'Elboux (S.J.) (1953).

36 - O início dos anos 40 é também o momento de sucesso das biografias de homens célebres por especialistas do gênero (Emil Ludwig, Stefan Zweig, André Maurois, etc.), e dos grandes vulgarizadores da filosofia, da medicina, da ciência e dos manuais de viver.

37 - Sobre Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, consultar os textos de Fernando Papaterra Limongi e Paul Freston constantes do II Relatório Parcial da Pesquisa «História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)», respectivamente, *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense* (p., desta edição) e *Os Periódicos do Instituto Joaquim Nabuco e a Carreira de Gilberto Freyre*.

38 - Consultar Nelson Werneck Sodré (1977, p. 423 e s.).

39 - Ver Mario Neme (1945, p. 32 e s.).

40 - Consultar os textos de Fernando Papaterra Limongi e Mônica Gouvea sobre as revistas *Sociologia* e *Revista de Antropologia*, incluídos nos I e II Relatórios Parciais da Pesquisa «História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)».

41 - Consultar o texto de Mônica Pimenta Velloso, “Cultura e Poder Político: uma Configuração do campo Intelectual” (in Oliveira e outros, 1982, pp. 77-108).

Bibliografia

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *Aula Magna*. São Paulo, USP/CODAC, 13.12.84.

AZEVEDO, Thales de. *As Ciências Sociais na Bahia*. 2.^a ed. revista, pref. de Gilberto Freyre. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

BESSA, Pedro Parafita de. “O estudo das Ciências Sociais em Minas Gerais”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1.º. São Paulo, 1955. *Anais*. São Paulo, 1955.

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris, Ed. Minuit, 1984.

CALIL, Carlos Augusto & MACHADO, Maria Teresa (orgs.). *Paulo Emílio/Um Intelectual na Linha de Frente*, coletânea de textos de Paulo Emílio Salles Gomes. Rio de Janeiro, Brasiliense/Embrafilme, Ministério da Cultura, 1986.

CANDIDO, Antonio. Entrevista. *Transformação*. Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, n.º 1, 1974.

CARDOSO, Irene R. *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez Editora, 1982.

CATANI, Afrânio M. *ASombra da Outra: um Estudo sobre a Cinematográfica Maristela e o Cinema Industrial Paulista dos anos 50*. Tese de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, mimeo, 2 vols. 1983.

CLARK, Terry N. *Prophets and Patrons, The French University and the Emergence of the Social Science*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1.º. São Paulo, 1955. *Anais*. São Paulo, 1955.

CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues da. *Política Educacional no Brasil: a Profissionalização do Ensino Médio*. Rio de Janeiro, Eldorado, s.d.

DULLES, John W. F *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/EDUSP, 1984.

DURAND, José Carlos Garcia, *Arte, Privilégio e Distinção: Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dominante no Brasil, 1855-1985 (Da Academia ao Mercado)*. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, mimeo 2 vols., 1985.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por Ele mesmo*. São Paulo, Editora Hucitec/Prefeitura Municipal de São Paulo, 1985.

ELBOUX, Pe. Luiz Gonzaga da Silva d' (S.J.). *Padre Leonel Franca*. Rio de Janeiro, Agir, 1953.

ESBOÇO de Figura/Homenagem a Antonio Candido. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

FERNANDES, Florestan. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo, Ed. Anhembi, 1958.

_____. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1959.

_____. Entrevista. *Transformação*. Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, n.º 2, 1975.

GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e Cinema: O caso Vera Cruz*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo, Editora Anhembi, 1957.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira, 1933-1960*. Vol. VII. São Paulo, Cultrix, 1978.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

_____. “O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado” In: *A Revolução de 30 - Seminário Internacional*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

NEME, Mario. *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre, Globo, 1945.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de, e outros. *Estado Novo/Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

PRADO, Décio de Almeida. “Teatro: 1930/1960 (ensaio de interpretação)”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, 11, O Brasil Republicano, tomo II vol. 4. São Paulo, Difel, 1984.

RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. *O Cardeal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1962.

RESUMO da Estatística Geral do Ensino no Brasil em 1932. *Diário Oficial da União*, 16/01/1934.

RINGER, Fritz K. *The Decline of the German Mandarins: The German Academic Community (1890-1933)*. Cambridge, Mass., 1969.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1973.

_____. (org.). *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.

_____. e outros. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/EDUSP 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Graal, 1977.

_____. *A Verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1978 (Col. Depoimentos, 40^o vol.).

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977.

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. *Diretrizes e Bases da Educação*. São Paulo, Pioneira, 1969.

* Este artigo é o texto de abertura do II Relatório parcial da pesquisa em andamento «História das Ciências Sociais no Brasil (1930-1985)» em vias de realização no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), São Paulo, com financiamento da FINEP, sob minha coordenação e contando com a participação de Maria Hermínia Tavares de Almeida, Fernando Novaes, Mariza Corrêa, Eunice Durham, Manuela Carneiro da Cunha, Fernando Papaterra Limongi, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Monica de S. Gouvêa França Pereira, Paul Freston e Cíntia Fernandes Contreiras.